



## DICOTOMIAS ENTRE A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: UMA BREVE COMPARAÇÃO.

BASTOS, Luciana Aparecida, Economia, Fecilcam. [singerlu@gmail.com](mailto:singerlu@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é realizar uma breve exposição das importantes dicotomias existentes entre os processos de integração da Europa e da América Latina, que culminarão em criar, similarmente, diferenças importantes nos rumos dos processos de integração nessas duas regiões distintas. A metodologia utilizada para tanto é a análise qualitativa. Através de estudos da história da integração da América Latina e da Europa, procurar-se-á apontar as diferenças nos rumos da integração dessas duas regiões, de forma a demonstrar como a Europa pôde chegar a uma integração plena, aos moldes de um “mercado comum”, enquanto a América Latina ainda galga debilmente as primeiras etapas do processo integracionista, dado que ambos os processos datam do final da década de 1950 e início da década de 1960.

### A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA

De acordo com Casela (2001) In Basso (1997)<sup>1</sup>, a adoção da fórmula da integração econômica que se estende na formação respectiva de zonas de livre comércio (ZLC), uniões aduaneiras (UA) e mercado comum (MC) exige exaustivos esforços. A Teoria da integração econômica conhece e desenvolveu outros modelos, com gradações, indo desde a zona de livre comércio à união aduaneira, desta ao mercado comum, passando à união econômica e monetária e podendo chegar a grau maior ou menor de união política, como já delineamos anteriormente.

Segundo o autor, a adoção do modelo Mercado Comum, a exemplo da União Européia, basicamente significa criar grau de coesão jurídica e institucional entre os parceiros da empreitada suficiente para que se possa assegurar não somente a supressão de barreiras internas, quer tarifárias ou não-tarifárias, também chamadas de “medidas de efeito equivalente”, e a unificação de tarifas externas, como também a liberdade de

---

<sup>1</sup> CASELA, Paulo Borba: *Pequenas e Médias Empresas e Integração no Mercosul*. In: *Mercosul : Seus Efeitos Jurídicos, Econômicos e Políticos nos Estados-Membros*, BASSO, Maristela. (org) 2ª Edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p.256.



circulação dos fatores de produção, a saber: mercadorias, pessoas, serviços e capitais. Isso asseguraria grau mínimo de harmonização legislativa e implementação de políticas comuns, que eliminariam choques conceituais em setores vitais da economia e do direito, tais como as normas reguladoras da concorrência, o abuso do poder econômico, dumping e subsídios estatais, criando um espaço homogêneo onde a atividade econômica passe a ser exercida sem entraves entre os parceiros envolvidos.<sup>2</sup>

Quando fala-se em integração bem sucedida, em modelo de processo de integração a ser seguido, reporta-se logo ao modelo de integração europeu, que constitui-se na gênese da integração em nível mundial, embora saiba-se que, muito antes da Europa sequer pensar em integração, Simón Bolívar já havia proposto tal processo à América Latina (1989). Segundo os estudiosos da integração, a única forma dos países da região expandir seu comércio seria através de uma união de forças. A expansão comercial somente seria possível via reduções tarifárias e, até mesmo, eliminações tarifárias entre os países integrados na região. Com o crescimento das exportações e o crescimento e desenvolvimento das economias-membro, as mesmas teriam condições de, juntas, ter um maior poder de barganha e de decisão no cenário internacional, na luta pelos interesses da região. Desta forma, era no âmbito da expansão comercial que a integração da América Latina seria pautada.

Embora a Europa tenha sido a precursora do processo integracionista em nível mundial, o mesmo teve início por outro motivo.

Com o fim da II Guerra Mundial e grande parte das nações européias debilitadas, ainda restavam resquícios de rivalidades políticas entre alguns países da região. Diga-se de passagem, ambas, I e II Guerras Mundiais, antes de tomarem tal proporção, tiveram sua gênese em guerras européias. Desta forma, a decisão de unir países em volta de interesses comuns na Europa era, a princípio, para promover a paz na região. O embrião da União Européia foi a CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço, que surgiu em 1948 de numa união entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo, formando uma união aduaneira conhecida como BENELUX.

Em 1952, os países-membros da BENELUX associaram-se à Alemanha Ocidental, França e Itália e criaram a CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço, referida acima.

Com relação ao carvão e ao aço, tal comunidade objetivava eliminar barreiras alfandegárias e restrições de natureza econômica entre os membros, estabelecendo uma política adequada de preços de transportes, e instituindo uma tarifa alfandegária comum aos

---

<sup>2</sup> Idem. Ibidem. p.256.



países não-membros. O Tratado criador da CECA afirmava que tais nações envolvidas substituiriam suas rivalidades históricas por uma fusão de interesses essenciais. O Tratado de Roma, então, firmado em 25/03/1957 pelos seis países componentes da CECA, possuía os seguintes objetivos:

1- Eliminar todos os obstáculos para a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais; 2- Extinguir taxas aduaneiras entre os países-membros e, também, eliminar as restrições às exportações e importações; 3- Estabelecer tarifas alfandegárias e políticas comerciais comuns em relação aos países não-membros; 4- Criar uma política comum para agricultura e transportes; 5- Os signatários deveriam comprometer-se a alterar suas legislações naquilo que conflitasse com os termos do Tratado; 6- Criar um Fundo Social Europeu visando treinar operários eventualmente prejudicados pela execução do Tratado e também visando melhorar o padrão de vida das populações abrangidas por ele; 7- Criar o Banco Europeu de Investimento, para promover a expansão econômica dos países membros.<sup>3</sup>

Tais objetivos, por sua vez, deveriam ser alcançados em 12 anos, através de três estágios de 4 anos, os quais poderiam ser prorrogados, porém, num prazo final de 15 anos para a execução dos mesmos.

A experiência da CECA foi tão bem sucedida que, já em 1968, estavam eliminadas todas as tarifas alfandegárias e também já funcionava o Sistema Comum de Tarifas para as mercadorias importadas dos países não-membros.

As primeiras decisões tiveram início em 1973, onde passaram a fazer parte do Bloco o Reino Unido, Dinamarca e Irlanda. A partir desse ano, o projeto só veio a se expandir, contando atualmente, a União Européia, com 25 países-membros.

À medida em que o bloco crescia, em que novos países europeus associavam-se ao processo, o mesmo passava a ter denominações diferentes. A princípio era CECA – Comunidade Européia do Carvão e do Aço, passando, sucessivamente para Mercado Comum Europeu, Comunidade Européia e, atualmente, União Européia.

Sediada em Bruxelas – Bélgica, a União Européia é constituída por um Conselho da União Européia (ou Conselho de Ministros), uma Comissão Executiva e pelo Parlamento Europeu.

O Conselho da União Européia é o órgão maior do bloco; é quem estabelece as medidas necessárias ao pleno funcionamento do bloco. Cada país associado tem direito a

---

<sup>3</sup> Objetivos demonstrados por MAIA, Jayme de Mariz. *Economia Internacional e Comércio Exterior*. Atlas, São Paulo, 2ª Edição. 2001, p.182-183.



1 (um) membro no Conselho, e o mesmo, só poderá pronunciar-se em relação aos acordos internacionais e novas adesões se tiver parecer favorável do Parlamento Europeu.<sup>4</sup>

O Parlamento Europeu é o poder Legislativo, formado por eurodeputados. A Comissão Executiva cuida da parte administrativa da União Européia, mas que, segundo Maia (2001) possui uma burocracia tão paralisante que não deve ser seguida como exemplo pelo Mercosul. A Corte de Justiça, por sua vez, é o poder judiciário da União Européia.

Em 1979, a Comunidade Econômica Européia (CEE) cria o Sistema Monetário Europeu (SME), o qual possuía, segundo Maia (2001), as seguintes determinações:

1- Cada país estabeleceria a paridade de sua moeda que seria fixa, admitindo-se apenas uma flutuação dentro de uma faixa de 1,125% pra cima ou 1,125% para baixo, totalizando 2,25%.<sup>5</sup> 2- Quando uma moeda apresentasse queda além da admitida, o BACEN desse país deveria comprá-la para manter a paridade estabelecida, equiparando os valores das moedas dos países-membros até que o mercado se normalizasse novamente; 3- Criou uma moeda escritural, o ECU- European Currency Unit- que corresponderia a uma cesta de 12 moedas de pesos diferentes dos países-membros. A composição da cesta seria revista a cada 5 anos. As paridades seriam fixadas em ECU.

De acordo com Maia (2001, P.185):

Em 1992, o SME enfrentou uma crise muito grande, porque, para funcionar adequadamente, os países-membros precisavam ter inflação baixa e com índices semelhantes. Em setembro de 1992, as economias da Inglaterra, Itália e França não se enquadravam nessas condições. Em face disso, os portadores de libra, lira italiana e franco francês venderam seus estoques aos respectivos bancos centrais, que enfrentavam situação difícil. Por isso, a Inglaterra e a Itália tiveram de se desvincular do SME e deixar suas moedas flutuarem livremente.<sup>6</sup>

Em 07/02/1992, os países da União Européia criaram o Tratado de Maastricht, cujos pontos principais são:

1- Criação de uma moeda única; 2- Estabelecimento das seguintes metas para se instituir a moeda única: déficit de, no máximo, 3% do PIB, inflação de 2,6% a.a., dívida pública que não ultrapasse a 60% do PIB e taxa de juros de 8,7% a.a.;<sup>7</sup> 3- Criação de um Banco Central único; 4- A UE será um espaço sem fronteiras e totalmente integrado. A integração será econômica, mas haverá interdependência política entre os países-membros; 5- Previsão de uma futura unificação administrativa, bem como de uma política externa

<sup>4</sup> Idem. Ibidem. p. 184.

<sup>5</sup> Idem. Ibidem.p.185.

<sup>6</sup> Idem. Ibidem. p.185.

<sup>7</sup> Idem. Ibidem.p.186. Estes tópicos referentes ao Tratado de Montevidéu são tratados individualmente por MAIA (2001), de forma ampla. Não faremos o mesmo aqui, pois fugiria do foco do nosso estudo. Desta forma, fizemos breve menção dos mesmos a fim de realizarmos uma breve comparação da Integração da União Européia com a Integração da América Latina.



comum; 6- Integração gradual, completada até o ano 2000; 7- Realização de uma reavaliação da moeda única em 1997, que foi adiada para 1999, pelas dificuldades enfrentadas pelos países-membros em cumprir as metas de caráter monetário.

Devido às dificuldades que os países-membros estavam enfrentando para cumprir as metas estabelecidas por Maastricht, sobretudo no que tange à política monetária, algumas novas decisões tiveram que ser tomadas, as quais ficaram conhecidas como Maastricht II, dentre as quais destacam-se:

1- O euro entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1999, mas não para todos os países-membros; apenas para aqueles que estavam conseguindo cumprir as metas, a saber: Alemanha, França, Itália, Espanha, Bélgica, Áustria, Finlândia, Portugal, Irlanda e Luxemburgo. 2- Foi criado o Comitê de empregos para criar condições de minorar o problema do desemprego. 3- Foi proposta a simplificação do trabalho do Parlamento Europeu. 4- Estrasburgo foi confirmada como sede do Parlamento Europeu, em Luxemburgo ficaria a Corte de Justiça e, em Bruxelas, os escritórios centrais.

De acordo com Rivas (2002) “ ***el euro nació de la política, una condición entre otras para que Francia aprobara la reunificación de Alemania.***”.<sup>8</sup>

Em suma, este foi o primeiro esforço de unificação europeia que se realizou pacificamente, sem que uma de suas partes impusesse às demais um modelo unificador.

Porém, ainda não está claro até que ponto pode haver integração sem que esta perca sua própria razão de ser, porque as experiências de integração, a despeito dos benefícios trazidos às regiões integradas, também tem tido grandes problemas causados, sobretudo, pela variedade de atores, Estados e interesses postos em jogo.

Um Estado debilmente integrado internamente, sem estabilidade política ou social e com uma sociedade em crise não possui condições para impulsionar a integração. Embora a integração seja um meio para beneficiar o Estado Nacional, não terá sentido algum de existir se esse Estado não trabalhar pela qualidade de suas instituições públicas, para que a lei seja cumprida a rigor, para que haja regulação de suas ações e haja vigoroso combate à corrupção.

Na Europa, a superação das rivalidades históricas pelas economias integradas fez com que as mesmas comessem a pensar de forma mais homogênea e a trabalhar em conjunto, em prol de auferir benefícios mútuos. Dentro da heterogeneidade dos países da Europa atual, percebe-se que os mesmos apresentam níveis de desenvolvimento mais equilibrado e objetivos econômicos, sociais e políticos similares. Observemos, então, as

---

<sup>8</sup> RIVAS, Alfredo Ângelo. ***Integración y Gobernabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible?*** ALDEA MUNDO, Año 6, N 11, 5/11/2002, p.1.



disparidades existentes entre a integração europeia e latino-americana, quando analisamos resumidamente o processo de integração da América Latina.

## A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Rivas (2002), um dos grandes estudiosos da integração, já anteriormente mencionado, faz alusão a uma falta de integração interna nas distintas economias latino-americanas como causa principal dos grandes problemas integracionistas da região. O autor afirma que:

“ Es evidente que las divisiones sociales se han agudizado em la última década, al punto que algunos hablan del fracasso civil de América-Latina. Concurren al declive de los partidos políticos una fragilidad de los sistemas democraticos, los que padecen de serios problemas de gestión gubernamental, limitados por el aumento de las demandas sociales, sin que haya habido un incremento en los recursos y en sus capacidades. Los países de la región que logren resolver los problemas de gobernabilidad y gobernanza, tendrán más posibilidades de hacer una inserción exitosa hacia afuera.”<sup>9</sup> p.02

Tanto que, sem sombra de dúvida, quando se fala em integração da América Latina, foi apenas após a década de 1990 que passou-se a observar maiores avanços. Para alguns estudiosos do assunto, esses resultados positivos, ou seja, esses avanços no processo de integração deram-se pela aplicação de políticas de ajuste estrutural, resumidas no Consenso de Washington; para outros, este avanço se deu pela **“Iniciativa para as Américas”**, para outros, ainda, deu-se pela proposta de Regionalismo Aberto proposta pela CEPAL, para promover uma harmonização entre os interesses políticos e econômicos dos países-membros e a integração física da região. Esta seria uma forma de avançar com o processo de integração na região e preparar a mesma para atuar com mais força no cenário internacional, trabalhando de forma conjunta.

Porém, a despeito de um ou de outro motivo gerador desse avanço, é indiscutível que os acordos de integração contribuíram para criar um novo dinamismo aos fluxos de intercâmbio para Europa, Estados Unidos e América Latina. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, no ano de 2001, divulgou um dado muito alarmante de que a América Latina havia crescido apenas 3,3% anualmente nos anos 90, demonstrando claramente que problemas como carência de infra-estrutura e fragilidade institucional, concentração e má distribuição de renda, índices baixos de educação, sistemas de saúde precários, injustiça

---

<sup>9</sup> Idem. Ibidem. p.2.



social, dentre outros, não podem ser resolvidos pela lei do mercado pura e simplesmente; pela ação espontânea do mercado, como afirmava Adam Smith (1776). A América Latina vive uma crise de Estado tamanha, em que os governos têm optado e auferido maior importância para a realização de acordos unilaterais, logrando uma espécie de medo de que seu vizinho possa emergir dentro da região e passar, assim, a dominá-lo política e economicamente, do que cooperando para ampliar os acordos de integração regional. Esse foi o maior motivo do fracasso das tentativas de integração da ALALC (1960) e da ALADI (1980).

Tal crise é associada a rivalidades históricas entre os Estados, governos, partidos políticos e elites dominantes das nações latino-americanas, e retira o foco, além de incapacitar os governos a ampliar o processo integracionista, impedindo a solução de problemas cruciais nas economias da região, os quais são: a retomada do crescimento econômico, melhor distribuição de renda, redução da pobreza, o problema fiscal, o problema da corrupção, melhorias nos índices de saúde e educação, aumento salarial, aumento do número de empregos dentre outros. Tais percausos impedem que a América Latina tenha força política na barganha ou na luta por interesses comuns da região, mesmo porque a própria região, embora possua problemas comuns que precisam ser resolvidos, está pautada sob exacerbados nacionalismos, não possui interesses comuns, o que torna inoperável os próprios Tratados Regionais que propõem.

Está muito claro, quando observam-se os países latino-americanos, que eles estão longe de ser homogêneos e de pensar de forma homogênea, ou seja, eles não existem como conjunto. A heterogeneidade da América Latina é muito superior quando comparada à heterogeneidade da Europa nos dias atuais, cujos países apresentam níveis de desenvolvimento mais equilibrado, como dantes mencionamos. Leva-se em consideração ainda que os mesmos conseguiram reduzir as rivalidades políticas históricas em prol da conquista de benefícios mútuos comuns.

Os nacionalismos que imperam nos países latino-americanos não os permitem fomentar a luta conjunta por interesses comuns, embora os países da região possuam problemas estruturais, conjunturais e sociais semelhantes. Acordos regionais possuem menor importância do que acordos unilaterais e bilaterais e, é claro que Estados com problemas de estabilidade e débil integração interna, não podem projetar uma exitosa integração regional.



A expansão do livre comércio desprovida de medidas que propiciem equilíbrio social criam mais problemas do que resolvem. Ademais, como afirmou Rivas (2002, p.11) “ ***El mercado crea riquezas pero es ciego para distribuir-las***”.<sup>10</sup>

As primeiras tentativas do processo de integração latino-americano evidenciam um caráter altamente pragmático, sem maiores preocupações com projetos de médio e longo prazos. A principal preocupação está em expandir as trocas comerciais intra e extra-regionais.

Porém, desde a década de 1980 (década considerada como perdida para a América Latina), cujas crises de dívida externa e as políticas de ajuste recomendadas pelo FMI levaram a região a apresentar um índice mais elevado de pobreza, devido aos custos sociais de tais políticas, a América Latina vem repensando sua integração.

A criação da ALADI (1980) com seus esquemas sub-regionais de integração que vislumbravam uma mudança nessa trajetória para a América Latina a partir dos anos 90, apenas começou a vislumbrar a consolidação da mesma.

Como se não bastasse, a América Latina também começa a perder importância progressiva em nível mundial de região provedora de matérias-primas e alimentos, a partir da década de 1990, uma vez que, como afirma AGUILLAR & MIRAMONTES (1994) In RODRÍGUEZ (1994, p.39) “(...) ***la revolución tecnológica en la que se encuentra montado el proceso de globalización da cuenta de ello.***”<sup>11</sup>

A revolução tecnológica também proporciona algo similar no mercado de trabalho, gerando uma situação de desemprego estrutural e precarização do emprego, para o qual o modelo de desenvolvimento regional vigente não consegue encontrar solução.

Quando observa-se os acordos e tratados que permearam a criação da União Européia (Roma e Maastricht), vê-se que seus preceitos foram literalmente seguidos a cada etapa do processo de integração europeu. Porém, no que tange à América Latina, todos os acordos, dos quais pode-se citar o TM-60 e o TM-80 ( em anexo), baseiam-se num modelo de crescimento voltado para dentro, idealizado primeiramente por Bolívar e depois pela CEPAL, com substituição de importações e um relevante papel da participação do Estado. Porém, os esquemas de integração que surgiram como respostas às dificuldades que apresentava o modelo de crescimento para dentro, como o Mercosul, o G3, os acordos bilaterais Chile-Venezuela , Venezuela-Colômbia, dentre outros, mostram preocupações diferentes das originais, como predomínio do mercado, abertura econômica, privatizações, etc., seguindo uma postura totalmente neoliberal. Tome-se nota de que Colômbia e

<sup>10</sup> Idem. Ibidem. p. 11.

<sup>11</sup> AGUILAR, Guillermo e MIRAMONTES, Rodolfo Cruz, in RODRÍGUEZ, Héctor Moreira (org.), ***Entendiendo el TLC***. México, Centro de Estudios Estratégicos, 1994, p.39.





Venezuela, atualmente, tem adotado uma postura contrária ao neoliberalismo, nos governos de Hugo Chaves e Evo Morales.

De acordo com VACCHINO (2006, p.6):

Las diversas modalidades institucionales empleadas por los países de la región cobrarían nuevos bríos durante la década de los noventa, como consecuencia de la serie de reformas de carácter interno y alcance internacional que iniciaron o acentuaron en esos años. Entre ellas se destacan, por una parte, el traspaso de empresas del sector público a empresas privadas nacionales e internacionales, que se inició como una modalidad de reducción de la deuda externa y del déficit fiscal, y se transformó en uno de los pilares de las reformas estructurales promovidas en la región.<sup>12</sup>

Como consequência disso, uma boa parte de empresas públicas em diversas áreas como bancos, seguros, telecomunicações, aviação, portos, eletricidade, petróleo, serviços sanitários, dentre outras, foram privatizadas.

Por outro lado, a abertura ao comércio exterior e a desregulação foram as políticas de maior impacto para o funcionamento das economias da região e para sua inserção no mercado regional ou extra-regional.<sup>13</sup> No que tange ao comércio intra-regional, as reduções tarifárias proporcionavam uma dinamização tanto das exportações quanto das importações. Isso resultou numa recuperação da comercialização regional, e na superação dos níveis comerciais anteriores à crise da dívida.

Ainda, de acordo com VACCHINO (2006, p.6):

El crecimiento del comercio intraregional, que constituye también el indicador más usual sobre el grado de integración alcanzado por cada grupo multilateral, fue particularmente importante tanto en la CAN como en el MERCOSUR, así como en el MCCA y CARICOM. En cada caso se pudieron establecer zonas de libre comercio y constituir uniones aduaneras imperfectas.<sup>14</sup>

As mudanças verificadas no comportamento econômico dos países da região refletiram-se em maiores taxas de crescimento e menores níveis de inflação. Importantes incrementos das exportações e da entrada de capitais externos, acompanhados por políticas de redução de déficit fiscal e de estabilização monetária, contribuíram positivamente para esse desempenho.<sup>15</sup>

Porém, dada a crise financeira e internacional, a década de 1990 terminou, sobretudo para a América Latina, com uma brusca queda da entrada de capitais externos, baixos preços para os produtos básicos, crescimento econômico baixo, desemprego e

<sup>12</sup> VACCHINO, Juan Mario. *La Integración Regional y las Negociaciones del Alca*. Aldea Mundo, Año 6, p.6.

<sup>13</sup> Idem. Ibidem. p.6.

<sup>14</sup> Idem. Ibidem. p. 6 e 7.

<sup>15</sup> Idem. Ibidem. p.7.



pobreza ainda maiores. No âmbito sub-regional, a crise impactou especialmente os aspectos comerciais, seu ponto forte, uma vez que as crises políticas de confiança entre os países-membros ainda não haviam sido superadas.

Segundo VACCHINO y PULGAR (1998, p.7)

Ninguno de ellos pudo alcanzar sus metas en los plazos previstos y tampoco, em definitivo, realizar espacio económico latinoamericano unificado ni poner las bases para establecer la Comunidad Latinoamericana de Naciones, postulada con fervor por el Parlamento Latinoamericano.<sup>16</sup>

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando comparamos a integração da América Latina à Integração Européia, podemos observar que a Europa tratou, primeiramente, de eliminar as rivalidades históricas das economias-membro em prol da luta conjunta por benefícios comuns, resolver problemas conjunturais, estruturais e sociais individuais de cada membro para, então, passar para novas etapas de integração.

A América Latina tomou o rumo oposto; ela via a integração como a “poção” que solucionaria todos os problemas das economias da região. Primeiro haveria a integração e, no decorrer de suas etapas de desenvolvimento, a solução de problemas e conflitos inerentes às economias-membro. Desta forma, além da integração da América Latina ser marcada por divergências nas condições econômicas dos países-membros, ainda permeiam acentuadas divergências políticas e acordos comerciais que não visam o bem-estar comum de todas as nações envolvidas, repletos de listas de exceções, e envoltos por inúmeras dificuldades em estabelecer uniões aduaneiras.

Embora a integração não signifique homogeneização das economias-membro e ausência total de divergências, ela significa convergência e apoio conjunto dos participantes para a superação de problemas individuais visando o bem-estar de todos os envolvidos, o que não tem ocorrido na América Latina, como bem pudemos perceber quando tratamos da Integração latino-americana no âmbito da ALALC e da ALADI, traduzido no fracasso de ambas estas iniciativas.

Ademais, embora a tentativa de integração da Europa, mediante a União Européia e da América Latina, no âmbito da ALALC e ALADI terem datado da mesma época (fim dos anos 50 e início dos anos 60), a forma de condução dessa integração foi quem deu um rumo totalmente diverso para esses processos. Na América Latina, os falsos nacionalismos e o

<sup>16</sup> VACCHINO, Juan Mario y PULGAR, Telasco. *Articulación de Acuerdos de Integración y la Comunidad Latinoamericana de Naciones*. En capítulos nº 53, enero-junio, SELA, Caracas, 1998, p.7.



temor dos países menos desenvolvidos da região de serem dominados por economias mais desenvolvidas como México e Brasil, não só atrasou e impediu o prosseguimento da integração regional, quando comparado à Europa, como desenvolveu, no âmbito da ALADI (1980), um processo de integração sub-regional para que países com níveis de desenvolvimento similares pudessem se unir em blocos menores, para tratar de problemas similares. Esses problemas, após solucionados em âmbito sub-regional, permitiriam que esses blocos sub-regionais pudessem ser agregados à interação regional no âmbito da ALADI. Como exemplo dessa integração sub-regional na América Latina, pode-se citar o Mercosul, o Pacto Andino, o G3 dentre outros blocos. Observou-se, ainda, que a heterogeneidade da América Latina é muito superior quando comparada à heterogeneidade da Europa nos dias atuais, Na Europa, pode-se observar que os países apresentam níveis de desenvolvimento mais equilibrado, como dantes mencionado. Ademais, de forma diversa dos países latino-americanos, os mesmos conseguiram reduzir as rivalidades políticas e históricas em prol da conquista de benefícios mútuos comuns, o que não pôde ser observado no âmbito da ALADI.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Guillermo e MIRAMONTES, Rodolfo Cruz, *in* RODRÍGUEZ, Héctor Moreira (org.), **Entendiendo el TLC**. México, Centro de Estudios Estratégicos, 1994.

CASELA, Paulo Borba: **Pequenas e Médias Empresas e Integração no Mercosul**. In: **Mercosul : Seus Efeitos Jurídicos, Econômicos e Políticos nos Estados-Membros**, BASSO, Maristela. (org) 2ª Edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. Atlas, São Paulo, 2ª Edição. 2001.

RIVAS, Alfredo Ângelo. **Integración y Governabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible?** ALDEA MUNDO, Año 6, N 11, 5/11/2002.

VACCHINO, Juan Mario y PULGAR, Telasco. **Articulación de Acuerdos de Integración y la Comunidad Latinoamericana de Naciones**. En capítulos nº 53, enero-junio, SELA, Caracas, 1998.

VACCHINO, Juan Mario. **La Integración Regional y las Negociaciones del Alca**. Aldea Mundo, Año 6.